



PARTE D

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

Despacho (extrato) n.º 1908/2015

Nos termos do preceituado nas disposições conjugadas da alínea *b*) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 4.º e do artigo 99.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprovou a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, faz-se público que por meu despacho de 09 de dezembro de 2014, proferido no âmbito da delegação de competências conferida pelo Despacho n.º 484/2013, publicado no *Diário da República* n.º 6, de 9 de janeiro, e ainda por despacho, de 16 de dezembro de 2014, do Secretário-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, foi consolidada no Tribunal Constitucional a mobilidade interna na carreira/categoria da assistente técnica Maria Alexandra Gomes Machado, tendo-se procedido, em 29 de janeiro de 2015, à celebração do correspondente contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com efeitos a 1 de janeiro de 2015.

Conforme previsto no artigo 144.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas a trabalhadora mantém o posicionamento remuneratório detido na situação jurídico-funcional de origem, ou seja, a remuneração base de € 1.252,97 (mil duzentos e cinquenta e dois euros e noventa e sete cêntimos) correspondente à 11.ª posição remuneratória da carreira/categoria de assistente técnico e ao 16.º nível remuneratório da Tabela Remuneratória Única aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro.

4 de fevereiro de 2015. — A Secretária-Geral do Tribunal Constitucional, *Manuela Baptista Lopes*.

208416819

TRIBUNAL ADMINISTRATIVO E FISCAL DE AVEIRO

Anúncio n.º 32/2015

Processo: 97/15.9BEAVR — Outros processos cautelares

Requerente: Maria Alcina de Melo Teixeira Lima
Requerida: Autoridade Tributária e Aduaneira

Faz-se saber, que nos autos acima identificados, são os abaixo indicados, citados, para no prazo de quinze dias, se constituírem como contra-interessados, querendo, no processo identificado, nos termos do n.º 1 do Art.º 82º do Código de Processo nos Tribunais Administrativos, cujo pedido consiste no decretamento da providência e consequentemente:

i) Na suspensão da Decisão de Redução da Lista de Classificação Final do Concurso, proferida no âmbito do Concurso Interno para Admissão ao Período Experimental com vista à ocupação de 1000 postos de trabalho na categoria de Inspector Tributário Nível 1, Grau 4 do GAT, aberto por Aviso publicado no *Diário da República*, 2ª Série, n.º 225 de 21/11/2012.

ii) Ser ordenada a celebração de um contrato de estágio entre a Requerente e a Requerida.

iii) Ser a Requerente admitida a frequentar o Estágio previsto no âmbito do enunciado concurso.

Uma vez expirado o prazo acima referido (15 dias), os contra-interessados que, como tais se tenham constituído, consideram-se citados, para no prazo de dez dias, deduzir oposição, querendo ao requerido nos autos acima referenciados, conforme tudo melhor consta do duplicado da petição e dos documentos que se encontram à disposição na secretaria, nos termos dos artigos 117.º e 118.º, do Código de Processo nos Tribunais Administrativos, com a advertência que na falta de oposição, presumem-se verdadeiros os factos invocados pelo requerente.

Na oposição poderão ser oferecidos meios de prova.

É obrigatória a constituição de advogado n.º 1 do art.º 11.º do CPTA.

A apresentação de oposição, implica o pagamento de taxa de justiça autoliquidada. Sendo requerido nos Serviços de Segurança Social benefício de apoio judiciário na modalidade de nomeação de patrono, deverá o citando, juntar aos presentes autos, no prazo da oposição, documento comprovativo da apresentação do referido requerimento, para que o prazo em curso se interrompa até notificação da decisão do apoio judiciário.

Os prazos acima indicados são contínuos e terminados em dia que os tribunais estejam encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte, não se suspendendo durante as férias judiciais.

Os duplicados do requerimento inicial encontram-se à disposição na secretaria deste tribunal.

A citar:

Os contra-interessados, constantes na Lista de Candidatos Admitidos — Referências A; B; C; ao Concurso interno para a categoria de Inspector Tributário, nível 1, grau 4, do GAT, aberto pelo Aviso n.º 15564/2012, publicado no *Diário da República* n.º 225 de 21 de Novembro de 2012.

04/02/2015. — A Juíza de Direito, *Marina Isabel Rodrigues Carvalho Ramos*. — O Oficial de Justiça, *Ernesto dos Santos Rodrigues Tátá*.
208417264

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

Louvor (extrato) n.º 62/2015

Por deliberação do Conselho Permanente do Conselho Superior da Magistratura, de 11 de janeiro de 2014, foi aprovada, por unanimidade, a proposta de louvor subscrita pelo Exmo. Senhor Vice-Presidente do Conselho Superior da Magistratura, do seguinte teor:

“Tendo a Exma. Senhora Juíza de Direito Auxiliar na Relação Dra. Albertina Maria Gomes Pedroso cessado as funções como Chefe de Gabinete de Apoio ao Vice-Presidente e aos Membros, o Conselho Superior da Magistratura manifesta o louvor público das elevadas capacidades técnicas, sentido de lealdade, dever, zelo, dedicação, cooperação, espírito de iniciativa e incedível dinamismo com que a Exma. Juíza desempenhou aquelas funções, no complexo período da implementação da nova Organização do Sistema Judiciário, durante o qual igualmente representou este Conselho com particular e relevante empenho, com que honrou este Órgão.”

02 de fevereiro de 2015. — O Juiz-Secretário do CSM, *Joel Timóteo Ramos Pereira*.

208418341



PARTE E

ESCOLA SUPERIOR NÁUTICA INFANTE D. HENRIQUE

Declaração de retificação n.º 146/2015

No exercício da competência que me é atribuída pela alínea *d*) do n.º 1 do artigo 39.º dos Estatutos da ENIDH, aprovados pelo Despacho Normativo n.º 40/2008, de 18 de agosto, de S. Ex.ª o Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, de 7 de agosto de 2008, publicado no

jornal oficial, o *Diário da República*, 2.ª série, n.º 158, de 18 de agosto, e do artigo 92.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior, retifico gralhas em índices das tabelas I-a, I-b e I-c, anexas ao edital n.º 1025/2014, publicado na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 219, de 12 de novembro de 2014, que são agora republicadas.

4 de fevereiro de 2015. — O Presidente da ENIDH, *Prof. Doutor Luís Filipe Baptista*.

Anexo ao edital

Tabela I-a. Tabela de Atividades relevantes para avaliação da capacidade pedagógica

Pesos das áreas de avaliação	Pesos dos parâmetros	Parâmetros de avaliação (Classificação C_{ij} numa escala de 0 a 100 pontos)
Capacidade Pedagógica $P_1 = 0.35$	$P_{11} = 0.4$ $P_{12} = 0.2$ $P_{13} = 0.1$ $P_{14} = 0.1$ $P_{15} = 0.2$	Responsabilidade de disciplinas na área disciplinar: Navegação Astronómica, Planeamento de Viagem, Complementos de Navegação, Segurança da Navegação e Navegação com ECDIS. Publicações pedagógicas e produção de outros materiais relevantes de apoio à componente teórica das disciplinas Produção de materiais de apoio às aulas práticas. Elaboração de programas das disciplinas em causa Experiência de docência nas componentes teóricas e práticas das disciplinas em causa

Tabela I-b. Tabela de Atividades relevantes para avaliação do desempenho técnico-científico e profissional

Pesos das áreas de avaliação	Pesos dos parâmetros	Parâmetros de avaliação (Classificação C_j numa escala de 0 a 100 pontos)
Desempenho Técnico-Científico. $P_2 = 0.45$	$P_{21} = 0.1$ $P_{22} = 0.1$ $P_{23} = 0.1$ $P_{24} = 0.1$ $P_{25} = 0.60$	Artigos científicos em revistas internacionais e livros com <i>revisão</i> . Artigos noutras publicações científicas, <i>proceedings</i> de conferências, etc. Arguência de teses e orientação de teses e ou estágios Participação em projetos de investigação e desenvolvimento nacionais e internacionais Experiência profissional com relevância para as áreas disciplinares em concurso (Categoria Profissional de Oficial da Marinha Mercante; Certificado de Competência STCW; Certificados de Especialização STCW)

Tabela I-c. Tabela de Atividades relevantes para a missão da Instituição

Pesos das áreas de avaliação	Pesos dos parâmetros	Parâmetros de avaliação (Classificação C_j numa escala de 0 a 100 pontos)
Atividades relevantes para a Missão da Instituição. $P_3 = 0.20$	$P_{31} = 0.5$ $P_{32} = 0.2$ $P_{33} = 0.2$ $P_{34} = 0.1$	Participação em órgãos colegiais e desempenho de cargos de gestão no ensino superior Atividades de divulgação de ciência e tecnologia Organização de atividades extracurriculares Publicações técnicas, normas e patentes registadas e experiência de prestação de serviços e consultorias

208419184

UNIVERSIDADE DO ALGARVE**Contrato (extrato) n.º 128/2015**

Por despacho da Vice-reitora da Universidade do Algarve de 8 de agosto de 2014 foi autorizado o contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo com o licenciado Paulo Jorge Rodrigues Correia, na categoria de assistente convidado, em regime de tempo parcial a 20 %, para a Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve, no período de 1 de setembro de 2014 a 31 de agosto de 2015, auferindo o vencimento correspondente ao escalão 1, índice 140 da tabela remuneratória dos docentes do ensino superior universitário.

1 de setembro de 2014. — A Diretora de Serviços de Recursos Humanos, *Sílvia Cabrita*.

208418163

Contrato (extrato) n.º 129/2015

Por despacho do Reitor da Universidade do Algarve de 22 de julho de 2014 foi autorizado o contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo com a licenciada Ana Catarina Martiniano da Silva Pinheiro, na categoria de assistente convidada, em regime de acumulação a 20 %, para a Escola Superior de Saúde da Universidade do Algarve, no período de 1 de setembro de 2014 a 31 de agosto de 2015, auferindo o vencimento correspondente ao escalão 1, índice 100 da tabela remuneratória dos docentes do ensino superior politécnico.

1 de setembro de 2014. — A Diretora de Serviços de Recursos Humanos, *Sílvia Cabrita*.

208418025

Contrato (extrato) n.º 130/2015

Por despacho do Reitor da Universidade do Algarve de 31 de julho de 2014 foi autorizado o contrato de trabalho em funções públicas a

termo resolutivo certo com a Doutora Sandra Cristina de Jesus Bôto, na categoria de professora auxiliar convidada, em regime de tempo parcial a 30 %, para a Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve, no período de 1 de setembro de 2014 a 31 de agosto de 2015, auferindo o vencimento correspondente ao escalão 1, índice 195 da tabela remuneratória dos docentes do ensino superior universitário.

1 de setembro de 2014. — A Diretora dos Serviços de Recursos Humanos, *Sílvia Cabrita*.

208418106

Contrato (extrato) n.º 131/2015

Por despacho do Reitor da Universidade do Algarve de 30 de setembro de 2014 foi autorizado o contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo com a Doutora Sandra Cristina de Jesus Bôto, na categoria de professora auxiliar convidada, em regime de tempo integral sem exclusividade, para a Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve, no período de 1 de outubro de 2014 a 30 de setembro de 2015, auferindo o vencimento correspondente ao escalão 1, índice 195 da tabela remuneratória dos docentes do ensino superior universitário, considerando-se rescindido o contrato anterior.

1 de outubro de 2014. — A Diretora dos Serviços de Recursos Humanos, *Sílvia Cabrita*.

208418122

Contrato (extrato) n.º 132/2015

Por despacho do Reitor da Universidade do Algarve de 7 de outubro de 2014 foi autorizado o contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo com a Doutora Susana Gómez Martínez, na categoria de professora auxiliar convidada, em regime de tempo parcial a 60 %, para a Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve, no período de 1 de outubro de 2014 a 30 de setembro de